

Projeto da mata atlântica pode ser votado hoje

ONGs comemoraram o dia dessa reserva natural preocupadas com o texto da nova lei

MAURA CAMPANILI
e SANDRA SATO

Ao mesmo tempo em que comemoraram ontem o Dia da Mata Atlântica, as organizações não-governamentais que atuam em prol desse bioma estão preocupadas com o destino do Projeto de Lei da Mata Atlântica, que poderá ser votado hoje na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, com requerimento para que seja remetido ao plenário em regime de urgência. Segundo a Rede de ONGs da Mata Atlântica, o texto do relator Fernando Coruja (PDT-SC) faz modificações na minuta aprovada na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, que alteram o mérito do projeto de lei.

A principal modificação, conforme um parecer da rede, refere-se ao artigo 1.º, que prevê que “a conservação e a utilização dos ecossistemas atlânticos, patrimônio nacional, observarão o que estabelece a presente lei”. Para o advogado André Lima, do Instituto Socioambiental (ISA), uma das ONGs da rede, o texto inicial deixava claro que se deve também atender às determinações do Código Florestal.

Outra alteração apontada pelo parecer refere-se às punições pelo não-cumprimento da lei. No texto defendido pelos ambientalistas, a obrigação de sanar os danos seriam aplicadas “independentemente da existência de culpa”, o que foi suprimido na versão de Coruja.

Segundo Betsey Neal, assessora institucional da Rede Mata Atlântica, “esta semana estará sendo articulada uma batalha para evitar a aprovação do texto do relator da Comissão de Constituição e Justiça. A proposta da Comissão de Meio Ambiente foi amplamente negociada e deve ser mantida”.

Definida como Patrimônio Nacional pela Constituição Federal de 1988 e a primeira reserva da biosfera da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (Unesco) no Brasil, a mata atlântica está reduzida a apenas 7% de sua área original.

Para chamar a atenção sobre o desmatamento do bioma, o Dia Nacional da Mata Atlântica é comemorado pelo Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e pela Rede de ONGs da Mata Atlântica desde 1998.

A data foi escolhida por ter sido no dia 27 de maio, em 1560, que o padre Anchieta assinou a Carta de São Vicente, o primeiro documento a tratar da importância da biodiversidade das florestas tropicais.

Feldmann – Autor do projeto original apresentado há dez anos, o ex-deputado Fábio Feldmann explica que o deputado Jacques Wagner aproveitou boa parte de sua proposta e incorporou resultados das “exaustivas negociações”, realizadas neste período, para fazer a versão final. “Sou a favor dessas melhorias”, comentou.

O ex-deputado garante que agora existe maturidade para a votação do projeto. “Só falta vontade política para que a proteção da mata atlântica vire lei.” Na sua opinião, seria bastante conveniente o Brasil conseguir ter a lei antes da Conferência Rio +10, marcada para agosto em Johannesburg.

No parecer que já entregou à CCJ, o relator Coruja recomenda a rejeição do projeto original de Feldmann, mas pede a aprovação do substitutivo de Wagner. A votação está prevista para hoje, se houver sessão.